



O valor da confissão como meio de prova no processo penal brasileiro by [Tiago Peliciari de Paula](#) is licensed under a [Creative Commons Atribuição-Usa Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License](#).

Based on a work at [aleatorica.wordpress.com](#).

Permissions beyond the scope of this license may be available at [aleatorica.wordpress.com](#).

TIAGO PELICIARI DE PAULA

**O VALOR DA CONFISSÃO COMO MEIO DE PROVA NO  
PROCESSO PENAL BRASILEIRO**

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO  
CAMPO

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2009

TIAGO PELICIARI DE PAULA

**O VALOR DA CONFISSÃO COMO MEIO DE PROVA NO  
PROCESSO PENAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à banca Examinadora da  
Faculdade de Direito de São Bernardo  
do Campo, como exigência parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Direito sob a orientação do Professor  
Mestre Jose Carlos Daumas Santos.

São Bernardo do Campo / SP

Outubro de 2009

## FOLHA DA BANCA EXAMINADORA

---

---

---

***DEDICO*** este estudo aos meus pais, José Roberto e Maria Eunice, pela educação e ensinamentos que muito me auxiliaram dando-me base necessária para vencer as etapas que estão por virem além de seus incentivos e apoio incondicionais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho em especial ao Orientador Professor Jose Carlos Daumas Santos pela sua disposição em auxiliar e por seu conhecimento a respeito do tema que foram transmitidos e colocados em prática no trabalho.

A força do direito deve superar o direito da força.  
Rui Barbosa

## **RESUMO**

O tema abordado teve por objetivo analisar o valor que a confissão desempenha no processo penal brasileiro e sua aplicação em casos reais, bem como na análise das tendências futuras, como é o caso do sistema on-line. Os métodos empregados foram o da abordagem dedutiva e o do procedimento monográfico. A pesquisa foi a bibliográfica, pois houve o estudo, a análise e a discussão de um problema a partir de fontes secundárias, como a leitura de doutrinas, além da pesquisa de legislação. Constatou-se que apesar da confissão ser apenas um meio de prova, com valoração teórica equivalente as demais admitidas, na prática seu valor é de proporções maiores, fruto de uma herança histórica. Hoje, continua sendo base para condenar, muitas vezes utilizada como prova única, mantendo-se nesses casos como “rainha das provas”.

## SUMÁRIO

|                                                                    |           |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                            | <b>9</b>  |
| <b>1 A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO PENAL .....</b>                   | <b>11</b> |
| 1.1 Aspectos gerais.....                                           | 11        |
| 1.2 Devido processo legal.....                                     | 12        |
| 1.3 O princípio da ampla defesa e do contraditório .....           | 13        |
| <b>2 PROVA .....</b>                                               | <b>15</b> |
| 2.1 Aspectos gerais.....                                           | 15        |
| 2.2 Objeto da prova.....                                           | 16        |
| 2.3 Classificação .....                                            | 166       |
| 2.4 Meios de prova.....                                            | 17        |
| 2.5 Ônus da prova.....                                             | 18        |
| <b>3 CONFISSÃO NO PROCESSO PENAL.....</b>                          | <b>20</b> |
| 3.1 Aspectos gerais.....                                           | 20        |
| 3.2 Elementos da confissão .....                                   | 21        |
| 3.3 Espécies de confissão .....                                    | 22        |
| 3.4 Fundamentos da confissão .....                                 | 25        |
| 3.5 Retratabilidade .....                                          | 26        |
| 3.6 Divisibilidade .....                                           | 27        |
| 3.7 Procedimentos para a confissão judicial.....                   | 28        |
| <b>4 O VALOR DA CONFISSÃO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL</b> |           |
| <b>BRASILEIRO .....</b>                                            | <b>30</b> |
| 4.1 Aspectos gerais.....                                           | 30        |
| 4.2 Requisitos para a validade da confissão judicial.....          | 31        |
| 4.3 Direito ao silêncio.....                                       | 33        |
| 4.4 Avaliação da confissão judicial .....                          | 35        |

|                                                 |           |
|-------------------------------------------------|-----------|
| 4.5 Avaliação da confissão extrajudicial .....  | 36        |
| 4.6 A confissão e o interrogatório on-line..... | 37        |
| 4.6.1 Pontos desfavoráveis .....                | 38        |
| 4.6.2 Pontos favoráveis.....                    | 39        |
| <b>5 ANÁLISE DE UM CASO .....</b>               | <b>42</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                | <b>45</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                       | <b>47</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa fundamentalmente demonstrar o real valor que é dado à confissão dentro do Processo Penal Brasileiro.

O meio de prova que era tido como “*a rainha das provas*”, condenando o sujeito apenas após ouvir sua confissão, será analisado em seus vários aspectos, tanto pelas definições dos doutrinadores clássicos como na forma de aplicação prática no caso concreto.

Tratar da confissão implica obrigatoriamente em lidar com a natureza humana, que é desconhecida e cheia de mistérios e segredos.

Conhecendo a história da humanidade, repleta de injustiças e arbitrariedades no momento de apurar a verdade dentro de um determinado fato crime, bem como na repreensão deste, e sabendo que não é comum que o homem confesse quando comete um delito, é necessário analisar por que o faz e, quando o faz, se trata de ato verdadeiro, praticado segundo as normas vigentes ou se trata de uma extração forçada da verdade. E se for esta última, qual o valor lhe é atribuído?

Em razão do enorme volume de matéria que o tema traz, o trabalho estará limitado à análise do efeito da confissão no código de processo penal, ainda que sejam muitas as implicações nas leis especiais, como a lei de imprensa.

No trabalho serão utilizados os métodos de abordagem dedutiva e de procedimento monográfico; quanto ao procedimento utilizado na pesquisa será o bibliográfico.

Em relação ao arcabouço do presente trabalho acadêmico este será apresentado em cinco capítulos.

Dar-se-á primeiramente uma introdução nos princípios do processo penal que estão contidos na constituição, mãe de todos os demais ordenamentos, elencando-os e fazendo uma breve explanação.

Em seguida, serão abordadas as provas dentro do processo penal, verificando seu conceito, admissibilidade, meios e classificação. Os dois primeiros capítulos servem de introdução ao restante do trabalho, norteando os princípios que regem o colhimento e aplicação das provas.

Logo após, a confissão será tratada sob o prisma do processo penal brasileiro, com sua definição dada pelos doutrinadores e a sua aplicabilidade apresentada pelo código.

No capítulo seguinte, o trabalho versará sobre o valor da confissão dentro do processo, como de fato é visualizado e colocado em prática nos tribunais brasileiros, bem como as tendências da confissão, como no caso da confissão *on line*, que correta ou não, está presente em nossos dias e o direito deve pronunciar-se quanto a sua forma, utilização e efeitos dentro de um processo.

Na sequência, será analisado e verificado o real valor dado à confissão, se é apenas mais um meio de prova, com igual valor entre as demais, ou se continua, ainda que subjetivamente, considerada a “*rainha das provas*”.

Por fim, é apresentado um caso real ocorrido em 1996, apresentando os problemas que a confissão, obtida de modo incorreto, pode causar podendo condenar inocentes.

## 1 A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO PENAL

### 1.1 Aspectos gerais

Uma das tarefas essenciais do Estado é regular a conduta dos cidadãos por meio de normas, as quais se não houvessem, tornariam impossível o convívio em sociedade.

Desta forma regras devem ser estabelecidas com o intuito de regulamentar a convivência entre as pessoas e as relações destas com o Estado.

Conforme o ensinamento de Guilherme de Souza Nucci:

“Estando no ápice da hierarquia das leis, a Constituição Federal traça os caminhos pelos quais deve seguir o legislador ao editar normas inferiores, de modo que nenhum mandamento existente nas leis processuais pode contrastar ou ferir a vontade do constituinte”.<sup>1</sup>

A Carta Magma de um regime autenticamente democrático deve possuir princípios de proteção da individualidade humana, como bem esclarece Odone Sanguiné:

"Toda lei que não observar determinados critérios de elaboração legislativa, infringindo garantias fundamentais do indivíduo, será considerada inconstitucional por infringência deste princípio superior. Como se percebe, a sua enunciação no Texto Constitucional não é inútil; pelo contrário, ela tem permitido o florescer de toda uma construção doutrinária e jurisprudencial que tem procurado agasalhar o réu contra toda e qualquer sorte de medidas que o inferiorize ou impeça de fazer valer as suas autênticas razões".<sup>2</sup>

Não basta, entretanto, apenas a previsão constitucional de um direito, mas deve também existir uma garantia atrelada à sua existência. Neste sentido, parte do artigo 5º da Constituição Federal enumera os princípios gerais que devem nortear o processo no âmbito penal.

Só assim "*o Estado pode exigir que o interesse do autor da conduta punível em conservar sua liberdade se subordine ao seu, que é o de restringir o jus libertatis com a infração da pena*".<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 26.

<sup>2</sup> MIRABETE 2006, p. 7, *apud* SANGUINÉ ano 2, v. 2, nº 9, p. 135.

<sup>3</sup> TOURINHO FILHO, Francisco da Costa. **Processo Penal**. 24. ed. , v. 3. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 8.

A Constituição Federal consagra a imprescindibilidade da atuação do órgão jurisdicional através do processo, estabelecendo os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

## 1.2 Devido processo legal

Segundo Paulo Fernando Silveira<sup>4</sup>, a origem remonta à Carta Magna inglesa, de 1215, outorgada pelo Rei John Lackland (João Sem Terra), onde era mencionado apenas a garantia ao *law of land* (lei da terra), tal princípio representava uma garantia dos nobres contra os abusos da coroa inglesa, que continha institutos originais e eficazes do ponto de vista jurídico e que até hoje tem a admiração dos estudiosos de história do direito. Apenas em 1354 no reinado de Eduardo III foi mencionado o termo *due process of Law* (devido processo legal).

Tal garantia passou para colônias americanas que sofriam influência do direito inglês e, posteriormente, foi incorporada pelo sistema constitucional federal dos Estados Unidos da América, em 1791 (V emenda) e em 1867 (XIV emenda).

No Brasil, o princípio do devido processo legal está previsto na Constituição Federal de 1988 no art. 5º inciso LIV, que dispõem: "*ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*".

O devido processo legal nasceu com feições apenas processuais, como garantia que viria a assegurar que as privações de liberdade e propriedade somente seriam possíveis por um processo regular, caracterizado pelo trinômio vida-liberdade-propriedade, isto é, tutela os bens da vida em seu sentido mais amplo e genérico.

Nelson Nery Junior<sup>5</sup> sustenta que no Direito Processual Brasileiro a garantia do *due process of law* é utilizada no sentido de assegurar a igualdade das partes, o '*jus actionis*', o direito de defesa e o direito ao contraditório no trâmite processual, pelo que se trata de um "megaprincípio".

---

<sup>4</sup> SILVEIRA, Paulo Fernando. **Devido Processo Legal**. 3. ed. São Paulo: Del Rey, 2001, p. 28-51.

<sup>5</sup> NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 6. ed. v. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 101.

Nesse sentido, Jose Joaquim Calmon de Passos resume o devido processo legal como o princípio que assegura a todos o acesso ao seu juiz natural, com o direito de ser ouvido em processo contraditório, institucionalizando-se os meios de controle da exatidão do seu resultado, dizendo que:

“Observação primeira é a de que se cuida de garantia vinculada a processo jurisdicional, isto é, a processo em que é figurante um juiz, com todas as exigências que o fato de ser juiz impõe necessariamente. E elas são, em síntese, a mais estreita possível, a imparcialidade e a independência. Ausente qualquer dessas notas, desnatura-se a condição do juiz, do que resulta o desvirtuamento da garantia do processo, só é devido processo legal o processo que se desenvolve perante um juiz imparcial e independente”.<sup>6</sup>

Nota-se que há inúmeras garantias abarcadas pelo princípio "pai" do devido processo legal, eis que dele derivam outros, tais como isonomia, contraditório e da ampla defesa.

### 1.3 O princípio da ampla defesa e do contraditório

O princípio do contraditório vem disciplinado na Constituição Federal no art. 5º, LV, juntamente com a garantia da ampla defesa, no seguinte sentido: *“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”*.

Roberto Rosas trata o tema da seguinte forma:

“Uma garantia político-constitucional do indivíduo. É um meio técnico de que a lei se vale para a condução do processo e garantir os fins da justiça. As partes interessadas é que devem fornecer a matéria de fato válida, a definir a instrução”.<sup>7</sup>

Como nos ensina Guilherme de Souza Nucci, *“[...] não há processo justo, nem imparcialidade do Estado na aplicação da lei e muito menos isonomia processual, caso inexista uma ampla defesa efetiva e o respeito ao contraditório”*.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> CALMON DE PASSOS. José Joaquim. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição. **Revista Ajuris**, São Paulo, v. 25, ano 9, p. 134, jul. 1982.

<sup>7</sup> ROSAS, Roberto. **Direito Processual Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 46.

<sup>8</sup> NUCCI, 1999, p. 35.

Como se depreende, o alcance e a relevância do princípio do contraditório é significativa, impondo-se, ainda, mencionar José Carlos Barbosa Moreira, que com muita propriedade resume esta garantia constitucional:

“A garantia do contraditório significa, antes de mais nada, que a ambas as partes se hão de conceder iguais oportunidades de 'pleitear' a produção de provas: seria manifestamente inadmissível a estruturação do procedimento por forma tal que qualquer dos litigantes ficasse impossibilitado de submeter ao juiz a indicação dos meios de prova de que pretende valer-se. Significa, a seguir, que não deve haver disparidade de critérios no deferimento ou indeferimento dessas provas pelo órgão judicial. Também significa que as partes terão as mesmas possibilidades de participar dos atos probatórios e de pronunciar-se sobre os seus resultados”.<sup>9</sup>

Nesse raciocínio trazido pelo princípio da ampla defesa e do contraditório, o estado de inocência deve ser primeiramente considerado, devendo o seu contrário ser provado mecanismo que Guilherme de Souza Nucci<sup>10</sup> denomina de “*regular formação de culpa*”.

---

<sup>9</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. A garantia do contraditório na atividade de instrução. **REPRO**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 35, ano 9, jul.-set. 1984, p. 18.

<sup>10</sup> NUCCI, 1999, p. 36.

## 2 PROVA

### 2.1 Aspectos gerais

Prova vem do latim *probatio*, significando, conforme o professor Moacyr Amaral Santos:

“Ensaio, verificação, inspeção, exame, argumento, razão, aprovação, confirmação, e derivando do verbo *probare*, que quer dizer provar, ensaiar, verificar, examinar, reconhecer por experiência, aprovar, estar satisfeito com alguma coisa, persuadir alguém de alguma coisa, demonstrar”.<sup>11</sup>

Para que o juiz declare a existência da responsabilidade criminal e imponha sanção penal a uma determinada pessoa, é necessário que adquira a certeza de que foi cometido um ilícito penal e que seja ela a autora. Para isso deve convencer-se de que são verdadeiros determinados fatos, chegando à verdade quando a idéia que forma em sua mente se ajusta perfeitamente com a realidade dos fatos. Nucci com muita propriedade acrescenta a essa idéia o fato de que *“nenhum conceito é absoluto. A verdade de hoje poderá ser desmentida pelo amanhã, de modo que a certeza de hoje, ligada a tal verdade, poderá ser a dúvida ou mesmo a ignorância do amanhã”*.<sup>12</sup> Desta forma, a busca da verdade é e sempre será incerta, de resultado relativo, por isso, incluem-se no contexto da prova a probabilidade e a credibilidade.

Diz Mirabete que *“a prova, em geral, é a relação correta entre a verdade e o espírito humano nas suas especiais determinações de credibilidade, probabilidade e certeza”*.<sup>13</sup>

Após analisados os aspectos das garantias constitucionais, pode-se verificar que o direito à prova é parte fundamental ao princípio da ampla defesa.

---

<sup>11</sup> SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Processo Civil**. ed. 20., v. 1. São Paulo: Saravia, 2006, p. 10.

<sup>12</sup> NUCCI, 1999, p. 47.

<sup>13</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 229.

## 2.2 Objeto da prova

Objeto da prova é o que se deve demonstrar, aquilo sobre o que o juiz deve adquirir o conhecimento necessário para resolver o litígio. Abrange não só o fato criminoso e sua autoria, como todas as circunstâncias objetivas e subjetivas que possam influir na responsabilidade penal e na fixação da pena ou na imposição de medida de segurança. Refere-se, desta forma, aos fatos relevantes para a decisão da causa, devendo ser excluídos aqueles que não apresentam qualquer relação com o que é discutido e que, não exercem influência alguma na solução do litígio.

O professor João Carvalho Matos define o objeto da prova como:

“Todos os fatos principais ou secundários que exijam apreciação e comprovação; sua finalidade é formar a convicção do juiz para que este possa proferir uma decisão de mérito. É provar, por exemplo, o homicídio, a morte da vítima – enfim, o fato típico. No caso de um homicídio – a autoria desse fato, suas circunstâncias (objetivas e subjetivas), tudo o que deva ser considerado para apurar a responsabilidade penal do agente; ou, ao contrário, exatamente para demonstrar a sua inocência”.<sup>14</sup>

A prova diz respeito aos fatos, mas não a todos, como apresenta Ada Pellegrini ao dizer: *“não deve ser admitida a prova dos fatos notórios, dos impertinentes, dos irrelevantes, dos incontroversos, dos que sejam cobertos por presunção legal de existência ou de veracidade ou dos impossíveis”*.<sup>15</sup>

Como bem apresenta Gianpaolo Poggio Smanio *“o juiz não está obrigado a aceitar o que as partes afirmam, podendo indagar sobre tudo o que lhe pareça dúbio e suspeito”*.<sup>16</sup>

## 2.3 Classificação

Inúmeras são as classificações das provas oferecidas pela doutrina, dentre elas podemos destacar a do professor Guilherme de Souza Nucci.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> MATOS, João Carvalho de. **Prática e Teoria do Direito Penal e Processual Penal**. 5. ed. São Paulo: Rideel Direito, 2006, p. 232.

<sup>15</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 143.

<sup>16</sup> SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Processo Penal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 102.

Para ele as provas podem ser classificadas da seguinte forma:

a) Quanto ao objeto, podem ser diretas ou indiretas. As primeiras são aquelas que se voltam diretamente a um fato a ser demonstrado em juízo; as segundas são as que, para a prova de um acontecimento, voltam-se a fato diverso e, depois, por meio do raciocínio, provado este, consegue-se provar também aquele.

b) Quanto ao sujeito, podem ser pessoais ou reais. São pessoais as provas que recaem ou emanam de pessoas e reais, as que recaem ou emanam de coisas.

c) Quanto à forma, as provas são testemunhais quando dizem respeito ao testemunho de pessoas que tiveram alguma interferência no fato, seja por percepção comum dos homens ou por percepção técnica; documentais, que é a verificação de um fato na forma escrita, e, por fim, materiais, que baseia-se na verificação da essência de uma coisa através da percepção de quem analisa.

d) Quanto ao momento da produção: preconstituídas ou constituídas no processo. As primeiras são as levadas pela parte ao processo, enquanto que as segundas são produzidas ao longo da instrução.

## 2.4 Meios de prova

De acordo com Mirabete, *"meios de prova são as coisas ou ações utilizadas para pesquisar ou demonstrar a verdade: depoimentos, perícias, reconhecimentos, etc."*.<sup>17</sup> Tal definição está na mesma linha de raciocínio de Nucci, ao afirmar que: *"meios de provas são todos os recursos diretos ou indiretos utilizados para alcançar a verdade dos fatos no processo"*.<sup>19</sup>

Como no processo penal brasileiro vige o princípio da verdade real, há uma grande liberdade para produzir provas.

Tal liberdade, entretanto, como ponderada por Nucci não deve ser irrestrita e ilimitada, cabendo o bom senso. Nesse sentido afirmar que:

---

<sup>17</sup> NUCCI, 1999, p. 59-62.

<sup>18</sup> MIRABETE, 2006, p. 252.

<sup>19</sup> NUCCI, 1999, p. 63.

“[...] em alguns casos, exige a lei uma forma única para provar determinado fato. Por isso, a liberdade na produção de provas está limitada não só pelo princípio que veda provas ilícitas, mas também pela formalidade legal necessária para certas situações”.<sup>20</sup>

## 2.5 Ônus da prova

A palavra ônus tem origem latina (*onus*), significando fardo, carga, peso. Daí porque ônus da prova representa a necessidade de provar para ser reconhecida judicialmente a pretensão manifestada.

No processo as partes não têm o dever, a obrigação de produzir as provas, mas sim o ônus de realizá-las.

João Monteiro expõe:

“A prova incumbe a quem articula um fato do qual pretende induzir uma relação de direito. Portanto, assim como o autor, para apoiar a ação, precisa provar os fatos sobre que esta se funda, assim também o réu, para que proceda a defesa, tem o ônus de provar a sua intenção. A razão é porque, tendo a alegação de cada um dos litigantes por fim modificar ou destituir a posição jurídica do adversário, não o deverá conseguir sem que prove a verdade do fato capaz daquele resultado”.<sup>21</sup>

No campo penal os fatos constitutivos dizem respeito à tipicidade e a autoria, como nos apresenta Camargo Aranha “[...] ao órgão acusador cabe provar a existência de um fato previsto em lei como ilícito penal e o seu realizador, isto é, demonstrar a existência concreta do tipo e de sua realização pelo acusado”.<sup>22</sup>

O ônus da prova, como nos apresenta Nucci, “[...] via de regra, quem deve provar o que alega é a acusação, que movimentou a máquina judiciária para obter um pronunciamento condenando o réu”.<sup>23</sup>

A referida regra, entretanto, não é absoluta, pois “o juiz poderá, no curso da instrução ou antes de proferir a sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvidas sobre ponto relevante” (art. 156, 2ª parte do Código de Processo Penal). Com

<sup>20</sup> *Ibid*, p. 64.

<sup>21</sup> MONTERIO apud CAMARGO ARANHA, 2006, p. 09-10.

<sup>22</sup> ARANHA, Adalberto Jose Q. T de Camargo. **Da prova no Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 11.

<sup>23</sup> NUCCI, 1999, p. 68.

muita propriedade, Mirabete completa essa exceção ao expor que *“essa possibilidade de o juiz, de ofício, perquirir sobre a verdade reduz consideravelmente o campo das incertezas no processo penal e facilita a busca da verdade real”*.<sup>24</sup> Entretanto deve o juiz usá-los com cautela para que não se transforme, no processo, em *“parte acusadora ou defendente”*.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> MIRABETE, 2006, p. 259.

<sup>25</sup> ARANHA, *op. cit.*, p. 16.

### 3 CONFISSÃO NO PROCESSO PENAL

#### 3.1 Aspectos gerais

Historicamente a confissão sempre teve lugar destacado na forma de convencimento do julgador, preferindo esta, a usar a pesquisa e colher outras formas de acusação.

Camargo Aranha apresenta uma explanação a respeito da definição de confissão no tempo:

“Os antigos consideravam a confissão como prova por excelência, *probatio probatissima*, a rainha das provas, a única que podia assegurar num processo criminal a consciência do juiz e permitir-lhe, sem escrúpulo, como sem remorso, pronunciar o castigo capital”.<sup>26</sup>

Podemos perceber isso claramente na história, como a Inquisição promovida pela Igreja Católica com a intenção de localizar, processar e sentenciar pessoas culpadas de heresia. A partir de 1252, no pontificado de Inocêncio IV, a tortura foi formalmente autorizada nos julgamentos do Tribunal da Inquisição, tornando-se assim um meio válido para a obtenção de confissões de suspeitos. Quando não havia certeza sobre a culpabilidade do acusado, mas sendo provável que o mesmo realizara o crime que lhe era imputado, o Tribunal, por maioria dos seus membros, podia recomendar a tortura como meio de ser obtida a confissão. A tortura às vezes era adiada apenas para que o medo tomasse conta do acusado e ele se decidisse a confessar sua falta, não importando muito o fato de ser ou não inocente.<sup>27</sup> Neste caso a confissão do réu era tida como verdade absoluta, independentemente da forma como foi obtida e se verdadeira.

Na doutrina, encontram-se várias definições para a confissão, dentre elas pode-se destacar a dada por Camargo Aranha, que entende a confissão, como “a *declaração voluntária, feita por um imputável, a respeito de fato pessoal e próprio, desfavorável e*

---

<sup>26</sup> ARANHA, 2006, p. 112.

<sup>27</sup> LEIGH, Richard. **A Inquisição**. São Paulo: Imago, 2001.

suscetível de renúncia”,<sup>28</sup> a de Noronha “*confissão é a declaração ou admissão, pelo acusado, do crime que praticou*”<sup>29</sup> e a definição de Nucci:

“Confessar, no âmbito do processo penal, é admitir contra si, por quem seja suspeito ou acusado de um crime, tendo pleno discernimento, voluntária, expressa e pessoalmente, diante de autoridade competente, em ato solene e público, reduzindo a termo, a prática de algum fato criminoso”.<sup>30</sup>

### 3.2 Elementos da confissão

Podemos observar em razão da definição de confissão, para que possa existir, é necessário que alguns elementos se relacionem. Sob o prisma de Camargo Aranha<sup>31</sup> temos os seguintes requisitos:

a.) A confissão resulta de uma declaração formal e expressa, ou seja, um ato declaratório, que deve ser de forma expressa, como podemos observar nas palavras de Camargo Aranha “*o campo penal desconhece a confissão ficta, como a tácita resultante do silêncio, ou a presumida, decorrente da revelia, fuga, etc.*”.<sup>32</sup>

b.) Deve ser voluntária, sem vícios de vontade: erro ou coação, ou nas palavras de Camargo Aranha “[...] *basta a voluntariedade, sendo inexigível o animus confidenti*”,<sup>33</sup> que significa que o desejo do confitente é indiferente.

c.) A confissão somente será válida se feito por imputável. A enfermidade mental pode em muitos casos atuar como fator determinante, bem como pode afetar a noção de realidade do confitente.

d.) O que se confessa é a autoria de um fato. Não se confessa a existência, nem o elemento subjetivo, mas tão somente a autoria. Nesse sentido Helio Tomaghi apresenta:

---

<sup>28</sup> ARANHA, 2006, p. 113.

<sup>29</sup> NORONHA, Edgard Magalhães. **Curso de Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 1971, p. 71.

<sup>30</sup> NUCCI, 1999, p. 80.

<sup>31</sup> ARANHA, *op. cit.*, p. 113-115.

<sup>32</sup> *Ibid*, p. 113.

<sup>33</sup> ARANHA, *op. cit.*, p. 113.

“É claro que o réu, ao confessar, pode relatar o fato em sua materialidade e indicar circunstâncias que excluam a ilicitude da ação praticada ou a culpa dele próprio. Mas qualquer dessas coisas, por si só, insulada, não é objeto da confissão. Confessar o crime é admitir a autoria. Tudo mais é corolário, é acidente e entra na confissão como acessório. Pode alguém fazer uma narrativa pormenorizada do fato, com todas as suas circunstâncias, mas se a discrição não for acompanhada de declaração de autoria, não será confissão”.<sup>34</sup>

e.) O fato confessado deve ser pessoal e próprio do confitente. Um fato que diz respeito a um terceiro não poderá ser tratado como confissão, mas sim como um outro meio de prova, no caso um testemunho.

f.) O fato confessado deve ser suscetível de renúncia. Nesse ponto, Camargo Aranha diz que *“quem confessa na verdade renuncia um direito próprio e reconhece, como consequência, o do adversário”*.<sup>35</sup> Já Nucci discorda dessa linha de raciocínio ao entender que apenas o processo civil seria admitido falar em direito disponível e não no processo penal. Acrescenta que:

“Conectar a confissão a fatos suscetíveis de renúncia seria o mesmo que não admitir no contexto do processo penal, já que os direitos que estão em jogo são sempre indisponíveis (liberdade, vida, integridade física, entre outros)”.<sup>36</sup>

### 3.3 Espécies de confissão

Seguindo o critério dado por Nucci para determinar as espécies de confissão, estas podem ser: **quanto ao lugar** onde é produzida e **quanto aos efeitos** que acarreta.

**Quanto ao lugar:** podem ser de duas espécies: judicial e extrajudicial. Vale ressaltar que a lei não conceituou a confissão judicial.

Mirabete define que *“há confissão judicial, quando ocorre em juízo, de acordo com as normas prescritas em lei”*,<sup>37</sup> já Camargo Aranha apresenta que é confissão judicial aquela que *“é prestada no próprio processo, perante juiz competente, mediante*

<sup>34</sup> TOMAGHI apud NUCCI, 1999, p. 87.

<sup>35</sup> ARANHA, 2006, p. 115.

<sup>36</sup> NUCCI, 1999, p. 88.

<sup>37</sup> MIRABETE, 2006, p. 287.

*forma prevista e não atingida por nulidade*".<sup>38</sup> Diante destas definições podemos concluir que a confissão judicial é aquela prestada no próprio processo e este processo devendo ser o penal. Nesse sentido Camargo Aranha completa o raciocínio ao dizer que *"a confissão feita em outro processo, não importando a sua natureza, se criminal, civil ou trabalhista, mesmo quando perante juiz competente, trabalhada nos autos da ação respondida, não é confissão judicial, porém mera prova emprestada"*.<sup>39</sup>

Somente quando feita no próprio processo e perante acusação específica é que pode ser considerada como judicial.

No processo penal brasileiro o interrogatório é o momento adequado para a confissão, entretanto, se surgir posteriormente pode ser tomada por termo nos autos como manda o artigo 199 do código de processo penal: *"a confissão, quando feita fora do interrogatório, será tomada por termo nos autos, observado o disposto no Art. 195"*. Como consequência deste artigo, somente será confissão judicial a surgida em interrogatório ou a termo.

A melhor definição de confissão extrajudicial na opinião de Camargo Aranha é a dada por Máximo de Castro ao afirmar, de modo sucinto, que *"são todas as outras que não se incluem entre as judiciais"*,<sup>40</sup> a definição é feita por exclusão: são extrajudiciais todas as que não forem judiciais.

Podem surgir no inquérito policial, no administrativo, numa sindicância, etc. Poderão valer como prova, desde que trazidas ao processo por qualquer meio admissível em lei, valendo como meio de convicção. Interessante se faz a situação da confissão extrajudicial verbal, onde esta é ouvida e reproduzida por terceiro, na visão de Camargo Aranha<sup>41</sup>, esse ato não é uma confissão, mas um testemunho.

**Quanto aos efeitos gerados:** podem ser simples e qualificada, que são bem explicadas por Nucci ao dizer:

---

<sup>38</sup> ARANHA, 2006, p. 117.

<sup>39</sup> *Ibid*, p. 117-118.

<sup>40</sup> CASTRO *apud* ARANHA, 2006, p. 119.

<sup>41</sup> *Ibid*, p. 120.

“A primeira acontece quando o confitente pura e simplesmente admite a prática de delito, sem qualquer acréscimo. A segunda ocorre quando o confitente assume a prática do crime, mas levanta, em seu favor, alguma circunstância especial que possa excluir ou minorar o crime ou isentá-lo de algum modo a pena”.<sup>42</sup>

O exemplo trazido por Nucci<sup>43</sup> no caso da confissão qualificada é o agente que assume a prática de homicídio, mas alega, visando um benefício próprio, a existência de uma legítima defesa. É claro que a referida posição quanto à confissão qualificada não é correta uma vez que o juiz pode acreditar que o agente atirou na vítima, mas não que foi em legítima defesa.

Nucci, com muita propriedade acrescenta dentro das espécies de confissão, que:

“Deve-se distinguir a confissão da autodenúncia. Confessa quem já é acusado da prática de algum crime: denuncia-se aquele que, antes de estar envolvido em processo ou investigação, portanto sem qualquer suspeita sobre sua pessoa, apresenta-se à autoridade e assume a prática de um delito”<sup>44</sup>.

Além do critério adotado por Nucci, Mirabete ainda traz mais duas espécies de confissão: **expressa**, quando é voluntariamente produzida por palavras ou escritos e a **tácita**, que é deduzida de um ato pela lei. Quanto à tácita, o sistema penal brasileiro não a suporta, pois configura uma confissão ficta. Exemplo de uma confissão tácita é uma fuga, silêncio no interrogatório, etc. Nesse sentido o artigo 198 do código de processo penal dispõe expressamente que o “silêncio do acusado não importará confissão”. Mirabete conclui esse assunto ao dizer que “*o sistema de livre convencimento do juiz não se compadece com tais ficções, não adotadas no direito processual penal brasileiro vigente*”.<sup>45</sup> Na mesma linha de raciocínio, Fernando Capez, completa ao dizer que:

“A confissão ficta ou presumida, contumaz no processo civil, não se verifica no âmbito do processo penal, por falta de amparo legal. Ainda que o acusado deixe o processo correr a sua revelia, tal fato não importa

---

<sup>42</sup> NUCCI, 1999, p. 90.

<sup>43</sup> *Ibid*, p.91.

<sup>44</sup> *Ibid*, p. 92.

<sup>45</sup> MIRABETE, 2006, p. 287.

na presunção de veracidade acerca daquilo que foi alegado pela acusação”.<sup>46</sup>

### 3.4 Fundamentos da confissão

O que levaria uma pessoa, que cometeu determinado crime (em sentido amplo), a confessar? Muitas podem ser as causas a gerar o ato de confessar. Além dos motivos óbvios como o arrependimento do autor, quer seja por questões filosóficas, religiosas ou de cunho moral, o remorso do fato cometido que pode consumir o agente ao longo do tempo levando-o a enxergar na confissão uma forma de ver-se livre desse sentimento. Podemos encontrar diversas outras razões. Tourinho Filho<sup>47</sup> destaca nove situações que serão analisadas a seguir, lembrando que este rol não é taxativo. Nucci<sup>48</sup> por exemplo enumera 21 razões.

1.) Nos países que admite pena de morte, pode existir o desejo de se encontrá-la, no caso do sujeito que não tem coragem de tirar sua vida por conta própria, passando essa função ao Estado, após uma falsa confissão por exemplo.

2.) Enfermidade mental. Um sujeito com este tipo de doença pode declarar-se culpado de ato que não tenha praticado, pelo fato de não conseguir disseminar corretamente;

3.) Razões de lucro. Pode ser oferecida uma quantia em dinheiro, bens ou vantagens econômicas para quem assumir a responsabilidade;

4.) Por amor fraternal / paternal. Ocorre por exemplo quando o pai assume a responsabilidade por ato praticado pelo filho, visando protegê-lo.

5.) O fanatismo;

6.) A intenção de dar tempo ao verdadeiro culpado de fugir, confundindo as investigações;

---

<sup>46</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 335.

<sup>47</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 286-287.

<sup>48</sup> NUCCI, 1999, p. 95-114.

7.) Para ocultar delito mais grave. Se determinado sujeito cometeu um homicídio e é suspeito, e sabe que no mesmo dia e hora do ato, outro crime mais brando foi cometido, o agente pode confessar o crime mais brando com o objetivo de obter a vantagem da aplicação de pena mais branda;

8.) O desejo de livrar-se de interrogatório atormentadores, onde podem ocorrer torturas e maus tratos, físicos ou psíquicos. Aqui não é necessário nem que se consuma a agressão, bastando apenas a ameaça. Nesse caso o sujeito confessará apenas para se livrar de sua iminência, ou, para que ela cesse.

9.) O desejo de encontrar abrigo e alimento por conta do Estado.

Vale lembrar que estes são apenas alguns exemplos, já que não se podem elencar todos os motivos que pode levar o agente a confessar.

### 3.5 Retratabilidade

Noronha define retratação como: “[...] o ato ou efeito de retratar-se, isto é, desdizer-se, retirar o que disse, etc.”.<sup>49</sup>

A confissão é retratável conforme o artigo 200 do Código de Processo Penal: “a confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto”. O acusado tem a prerrogativa de voltar atrás, retirar o que disse. Noronha salienta que “a admissibilidade da retratação compreende-se por que a acusação não adquire direitos fundados na confissão do denunciado”.<sup>50</sup> Camargo Aranha, apesar de concordar com a retratabilidade, apresenta um pensamento diferente ao dizer que “só vale a retratação se gerada por vício de inteligência (erro ou dolo) ou vontade (coação)”.<sup>51</sup>

A retratação tanto pode ser total, negando todo o fato, quanto parcial, onde apenas uma parte do que foi confessado é negado.

---

<sup>49</sup> NORONHA, Edgard Magalhães. **Curso de Direito Processual Penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 144.

<sup>50</sup> *Ibid*, p. 145.

<sup>51</sup> ARANHA, 2006, p. 120.

Contudo, o valor da retratação tem efeitos relativos. Tourinho Filho sobre esse tema diz: *“o juiz tem absoluta liberdade de pôr em confronto a retratação com os demais elementos de prova carreados para os autos, a fim de constatar se a retratação é ou não sincera”*.<sup>52</sup>

É provável que uma vez que o sujeito confessou determinado ato, criou-se no juiz, uma expectativa, uma convicção, que quando retratada poderá permanecer. Ainda que permitido expressamente em lei, na prática muitos magistrados não vêem com bons olhos o sujeito que num momento se diz culpado e no momento seguinte não admite o que confessou. Tal ato pode gerar na cabeça do magistrado mais uma razão para a convicção de culpa do sujeito. Nesse sentido temos o pensamento de Vicente de Azevedo *“em havendo retratação, quanto mais tarde ela for feita, mais suspeita será”*.<sup>53</sup> Entretanto impedir a retratação, não é possível e esta deve ser admitida, ao menos formalmente.

### 3.6 Divisibilidade

A confissão, assim como a retratabilidade anteriormente vista, também é divisível. Conforme dispõe o mesmo artigo 200 do código de processo penal a confissão pode ser aceita em parte e não obrigatoriamente no todo. Nesse sentido, Tourinho Filho nos ensina:

“[...] a confissão simplesmente representa, no processo, um elemento a mais para o livre convencimento do juiz. Logo, o princípio da indivisibilidade da confissão não tem aplicação no campo penal. O juiz poderá aceitar, como sincera, uma parte da confissão e desprezar a outra”.<sup>54</sup>

A divisibilidade da confissão é brilhantemente tratada por Noronha quando apresenta que:

“[...] a confissão pode ser qualificada, isto é, o acusado reconhece a existência do fato, mas acrescenta-lhe circunstâncias ou pormenores que o favorecem, Se estes, entretanto, colidirem com os elementos

<sup>52</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 289.

<sup>53</sup> AZEVEDO *apud* NUCCI, 1999, p. 129.

<sup>54</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 289.

colhidos no processo, serão rejeitados, sem prejuízo de que se aceite a outra parte. A adoção da indivisibilidade da confissão evidentemente colidiria com o princípio do livre convencimento do juiz”.<sup>55</sup>

O exemplo dado por Tourinho Filho ilustra bem a hipótese de divisibilidade que poderia ser adotada pelo juiz:

“Se o imputado confessa haver praticado um homicídio, e, ao mesmo tempo, alega que o perpetuou em legítima defesa, é natural que, se outros elementos existentes nos autos realçam a veracidade da palavra do confitente, no sentido de ter sido ele o autor do homicídio, o Juiz aceitará a confissão, por sincera. Por outro lado, só atribuirá valor à alegada justificação se sua palavra for fortalecida por outros elementos da prova. Se não o for, é evidente que o juiz somente poderá aceitar a confissão em parte, rechaçando o restante, por lhe não parecer sincero”.<sup>56</sup>

Malatesta leciona sobre o tema e afirma que:

“Para legitimar a divisão da confissão em duas partes, de que se rejeita uma e se aceita outra, não nos parece suficiente que a parte rejeitada seja contraditada pelas provas, e a parte aceita seja simplesmente não confirmada. Além de ser não contraditada a parte aceita, parece-nos ao mesmo tempo necessário que ela seja confirmada pelas provas, ainda que simplesmente indiretas”.<sup>57</sup>

### 3.7 Procedimentos para a confissão judicial

O momento mais apropriado para a confissão judicial é o interrogatório. Interrogatório é na definição de Mirabete “[...] ato público, gozando o acusado de liberdade e de garantia que não se praticará a extorsão das confissões”.<sup>58</sup>

O artigo 187 do código de processo penal diz: “o interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos”. Em seguida, conforme dita o parágrafo 2º do artigo: “na segunda parte será perguntado sobre:” e no inciso I: “ser verdadeira a acusação que lhe é feita”.

Entretanto a confissão pode ser feita fora do interrogatório, em qualquer momento do processo, como permite o artigo 199 ao dizer: “a confissão, quando feita fora

<sup>55</sup> NORONHA, 2002, p. 145.

<sup>56</sup> TOURINHO FILHO, op. cit., p. 189-190.

<sup>57</sup> MALATESTA, Nicola F. Dei. **A Lógica das Provas em Matéria Criminal**. 6. ed. São Paulo: Bookseller, 2005, p. 102.

<sup>58</sup> MIRABETE, 2006, p. 280.

*do interrogatório, será tomada por termo nos autos, observado o disposto no Art. 195”.*

Ainda que no processo contenha um documento assinado pelo réu, admitindo a autoria, assim deve proceder.

No caso de confissão extrajudicial, esta deve ser tomada no interrogatório para que tenha o efeito pretendido, que é ser usada como prova. Nesse sentido Frederico Marques completa o raciocínio ao dizer que *“a própria confissão extrajudicial obtida no inquérito deve ser tomada no interrogatório”*.<sup>59</sup>

Camargo Aranha conclui o procedimento para a obtenção da confissão fora do interrogatório: *“ao ter conhecimento da vontade do acusado de confessar, após o interrogatório, o juiz deve tomar uma das duas possibilidades: determinar seja tomado por termo (CPP, art. 199), ou então proceder a um novo interrogatório (CPP, art. 196)”*.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> MARQUES, 2000, p. 396.

<sup>60</sup> ARANHA, 2006, p. 118.

## 4 O VALOR DA CONFISSÃO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

### 4.1 Aspectos gerais

É de consenso majoritário entre os doutrinadores que à confissão não pode e nem se deve atribuir absoluto valor probatório.

Mas então qual é o valor da confissão no processo penal brasileiro? Tourinho Filho ensina:

“É certo que, se um indivíduo confessa haver praticado uma infração penal, em princípio, tal reconhecimento de culpa deve ser tido como verdadeiro, porque ninguém melhor que o autor da infração penal, pode saber se é ou não culpado da imputação que se lhe faz”.<sup>61</sup>

Aqui cabe um cuidado que se deve ter com o trecho “tal conhecimento de culpa deve ser tido como verdadeiro” por dois motivos. Primeiro que a confissão pode ser retratada conforme permite o código, e segundo em razão dos vários motivos que pode levar o sujeito a confessar algo que não fez conforme já analisado no capítulo 3.

Camargo Aranha também entende que o valor desta prova é o mesmo de qualquer outro meio de prova admitido, e afirma: “[...] a confissão é só um meio de prova, entre as existentes, com o mesmo valor teórico; apenas, como se trata de uma admissão de culpa feita pelo próprio acusado, assume um realce excepcional”.<sup>62</sup>

O código de processo penal, no artigo 197 diz: “o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância”. Desta forma, a confissão no nosso ordenamento é um meio de prova, embora não seja absoluta, devendo ser contestada com as demais provas colhidas no decorrer do processo.

O valor da confissão judicial e da extrajudicial apresenta medidas diferentes quando tratadas pelos magistrados. Para Mirabete por exemplo: “[...] a confissão judicial

---

<sup>61</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 286.

<sup>62</sup> CAMARGO ARANHA, 2006, p. 122.

*livre, espontânea e não posta em dúvida por qualquer elemento dos autos pode levar à condenação do acusado*".<sup>63</sup> Já em relação à confissão extrajudicial, apresenta: *"a confissão extrajudicial, que não se reveste das garantias do Juízo, é insuficiente, por si só, para embasar uma condenação"*.<sup>64</sup>

Tourinho Filho a respeito da valoração da prova diz:

"[...] o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos da prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância".<sup>65</sup>

## 4.2 Requisitos para a validade da confissão judicial

Qualquer declaração de admissão de culpa feito pelo réu ao magistrado, ainda que no momento correto, podem ser declarados como uma confissão válida? Sobre esse tema Nucci ensina: *"não é qualquer declaração do réu, admitindo sua culpa, que pode ser reputada válida, constituindo meio de prova utilizado pelo juiz para formar seu convencimento"*.<sup>66</sup> E a esse respeito, Nucci divide os requisitos em intrínsecos e extrínsecos para que a confissão tenha validade. Tal divisão também é adotada por Mirabete.<sup>67</sup>

Requisitos intrínsecos:

**Verossimilhança:** ou seja, a probabilidade do fato ter ocorrido como foi confessado, não sendo a declaração absurda e devendo conter uma sequencia lógica da narrativa.

---

<sup>63</sup> MIRABETE, 2006, p. 288.

<sup>64</sup> Ibid, p. 289.

<sup>65</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 286.

<sup>66</sup> NUCCI, 1999, p. 153.

<sup>67</sup> MIRABETE, *op. cit*, p. 287-288.

**Certeza:** Nucci é bem preciso ao explicar tal requisito: *“deve o réu confessar fatos que sejam do seu conhecimento e não dependam de comprovação por outras fontes”*.<sup>68</sup>

**Persistência:** a repetição da confissão. Para Nucci,<sup>69</sup> “quando o réu, de fato admitir sua culpa, narra a mesma versão tantas quantas forem às vezes em que foi ouvido”. Porém deve-se tomar um cuidado nesse ponto. Exigir do réu a repetição do que foi dito, em determinadas condições, pode criar no acusado uma forma de tortura psicológica, levando-o a contradizer-se.

**Coincidência:** deve haver coincidência com os demais elementos probatórios que estão no processo. Não deve ser levado em consideração uma confissão que vai exatamente de encontro a todas as demais provas colhidas durante a investigação.

**Conteúdo relacionado ao confitente:** a confissão deve ser relacionada à pessoa do réu, ele deve assumir a autoria. Quando o réu faz menção a terceiro, não deve ser considerada como confissão. Nesse caso pode servir como testemunho, ou delação, que também são meios de provas admitidas no processo.

Requisitos extrínsecos:

**Pessoal:** a confissão deve ser feita pela pessoa do réu. Não é admitindo a produção por defensor do mandatário, ainda que com poderes específicos para este ato, ou por mais amplos e ilimitados que sejam. Nesse sentido explica Tourinho Filho:

“No processo penal, isso não é possível, não só porque a confissão, no campo penal, é um ato personalíssimo, como também porque há em jogo interesse público e, por isso mesmo, indisponível”.<sup>70</sup>

**Expressa e reduzida a termo:** como já verificado, não existe a confissão tácita em nosso ordenamento, desta forma a confissão produzida oralmente, deve constar por termo no processo para que tenha validade.

**Juiz competente:** que no caso da confissão judicial é o juiz do processo.

---

<sup>68</sup> NUCCI, 1999, p. 154.

<sup>69</sup> Ibid, p. 154-155.

<sup>70</sup> TOURINHO FILHO, 2002, p. 288.

**Livre e espontânea:** deve ser livre de coação ou erro. Nucci discorda nesse ponto, alegando que não há necessidade da confissão ser espontânea, e para sustentar sua linha de raciocínio, apresenta o seguinte exemplo:

“Ainda que por conselho do advogado, por exemplo, o réu confesse o crime que cometeu, mesmo que não deseje fazê-lo – porque quer ocultá-lo ou porque dele não se arrepende -, sua admissão de culpa é voluntária, ou seja, livre de qualquer coação que a macule. Deve ser aceita como válida”.<sup>71</sup>

**Produzida por pessoa capaz:** o confidente deve possuir saúde mental e discernimento sobre o que está fazendo, pois nas palavras de Nucci: *“de nada adianta um doente mental comparecer, pessoalmente, para ser ouvido, se não tem capacidade de discernir sobre o que está falando e quais são as consequências do seu ato”*.<sup>72</sup>

#### 4.3 Direito ao silêncio

O direito ao silêncio é o oposto da confissão. É o momento em que o réu fica quieto não admite e nem nega o que lhe foi imputado.

Primeiramente cabe uma explicação jurídica do que é o silêncio. É um direito inato, inerente ao acusado, devendo ser entendido no processo penal como uma proteção constitucional, assegurada contra a auto-incriminação. Não pode existir nenhuma conclusão desfavorável ao interrogado, pelo simples fato de ter-se calado, isto é, de abster-se de prestar declarações, em especial das que possam incriminá-lo.

Assim explica Mirabete:

“O réu, sujeito de defesa, não tem obrigação nem dever de fornecer elementos de prova que o prejudiquem. Pode calar-se ou até mentir. Ainda que se quisesse ver no interrogatório um meio de prova, só o seria em sentido meramente eventual, em face da faculdade dada ao acusado de não responder. A autoridade judiciária não pode dispor do réu como meio de prova, diversamente do que ocorre com as testemunhas; deve respeitar sua liberdade, no sentido de defender-se como entender melhor, falando ou calando-se, e ainda advertindo-o da existência da faculdade de não responder”.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> NUCCI, 1999, p. 158.

<sup>72</sup> *Ibid*, p. 161.

<sup>73</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 241.

O silêncio é assegurado constitucionalmente pelo artigo 5º, LXIII, ao dizer que: *“o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”*. Tal artigo acabou por alterar a interpretação do artigo 198 do código de processo penal que diz: *“o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”*. Somente a primeira parte permaneceu, uma vez que, nas palavras de Nucci, *“ninguém se arriscaria a provocar no julgador um sentimento contrário à sua posição no processo. Ninguém seria ousado a esse ponto, sabendo que o juiz levará em conta o silêncio, logicamente, em prejuízo da defesa”*.<sup>74</sup>

Tourinho Filho apresenta uma visão um pouco diferente do silêncio ao argumentar que *“é possível que o Magistrado tenha uma impressão desfavorável quando o acusado guarda silêncio, entretanto não se pode admitir tal impressão se converta em indício para um decreto condenatório”*.<sup>75</sup>

O réu, no momento do interrogatório, e quando lhe é indagado a respeito da autoria pode calar-se, e essa omissão não pode ser usada contra ele em nenhum momento do processo. Sua participação deve ser verificada através de outros meios de provas.

Como já verificado, a qualquer momento o réu pode solicitar ao juiz competente que seja ouvido a fim de confessar o fato, ainda que tenha anteriormente permanecido em silêncio ou mesmo negado a autoria durante o interrogatório, ou em outras partes do processo.

---

<sup>74</sup> NUCCI, 1999, p. 178.

<sup>75</sup> TOURINHI FILHO, 2002, p. 273.

#### 4.4 Avaliação da confissão judicial

Após a realização da confissão em juízo, esta deve ser objeto do procedimento probatório por parte do juiz. Nesse sentido, Nucci<sup>76</sup> cita duas divisões no modo de considerá-la: **absoluta** ou **relativa**.

É **absoluta**, quando por si só, sem auxílio, sustento de outras provas, a confissão tem poder suficiente para ser base da condenação. Deve-se ter extremo cuidado nesse aspecto, visto as inúmeras situações que podem levar um sujeito a confessar algo que não tenha feito, e é de difícil percepção para o juiz a real intenção do réu ao confessar determinado ato. Era mais usual nos processos medievais, como a Inquisição, onde lhe era atribuído valor máximo.

O valor **relativo** é dado quando além da confissão, há a exigência de outras provas para o embasamento da decisão do juiz. Esse entendimento é o adotado pelo sistema penal brasileiro. O artigo 197 do código de processo penal diz que: *“o valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância”*.

Nesse sentido a lição dada por Francisco Campos parece a mais correta:

“A própria confissão do acusado não constitui fatalmente, prova plena de culpabilidade. Todas as provas são relativas; nenhuma delas terá, *“ex vi legis”*, valor decisivo, ou necessariamente maior prestígio que outra”.<sup>77</sup>

Apesar de toda explanação teórica sobre a necessidade de não se condenar usando apenas a confissão, a realidade é diferente. Ocorre que uma investigação criminal minuciosa, como o fato merece, é extremamente cara e necessita de mão de obra muito especializada (médicos legistas, cientistas, etc.) e equipamentos sofisticados. A realidade da justiça criminal está muito longe deste ideal. Faltam recursos financeiros e humanos. Desta forma investigações deixam de ser feitas. Provas que poderiam

---

<sup>76</sup> NUCCI, 1999, p. 180.

<sup>77</sup> CAMPOS *apud* NUCCI, 1999, p. 181.

significar a acusação ou absolvição, sem sequer a necessidade de ouvir o réu não são localizadas, ou são destruídas na cena do crime. Diante disso, resta apenas a confissão. O juiz sem alternativas acaba dando o valor mais do que deveria ter a este meio de prova.

Ingênuo seria dizer que a confissão não tem valor. Em sua produção há o contato direto do juiz com o réu, e em determinados momentos esse contato é de grande importância para o magistrado formar sua convicção. Após cada pergunta dirigida, cada fato narrado pelo acusado, há uma expressão, uma linguagem corporal, um clima gerado, que pode intuitivamente alertar o juiz sobre a veracidade ou falsidade do que se diz.

#### **4.5 Avaliação da confissão extrajudicial**

É certo que a maior parte das confissões extrajudiciais e o restante das provas que irão compor o processo são colhidos pela polícia em sua fase investigatória. Estes procedimentos são de suma importância para a confiabilidade e veracidade do que o juiz irá julgar. Quanto maior a qualidade das provas apresentadas maior a possibilidade de acerto no momento da condenação ou absolvição, bem como na dosimetria da pena.

Ocorre que por problemas já apontados no item anterior, o que normalmente resta à polícia, por ser mais rápido e de fácil acesso, é a confissão do acusado. Porém, em razão de uma cobrança constante por apresentar resultados, principalmente em casos de grande notoriedade, cobertos em massa pela mídia, adicionado à falta de meios eficientes de produção de provas, ocorre a extração forçada de confissões, através de diversos tipos de torturas.

Como já visto, meios de extração da verdade não podem ser considerados. Um sujeito submetido à tortura confessará qualquer coisa que lhe for pedido, simplesmente para que a dor infringida, no caso de uma tortura física, cesse. Desta forma a credibilidade passada pela confissão extrajudicial, principalmente a extraída em

delegacias deve ser muito bem ponderada e confrontada com as demais provas obtidas no processo.

O suspeito não pode ser a única fonte de investigação como pondera Nucci: *“partir sempre do suspeito como fonte única de prova provoca a ânsia pela extração da confissão e um incentivo ao uso da violência, o que está errado, visto que há muitos outros dados para compor um inquérito”*.<sup>78</sup>

Importante salientar que a confissão extrajudicial não é prova, mas mero indício, que pode ser utilizado como prova indireta. Pode-se observar com mais clareza o valor dado à confissão extrajudicial na explanação de Camargo Aranha sobre o valor deste ato: *“[...] poderá alcançar a procedência da denúncia se encontrar algum apoio nos elementos probatórios restantes, mesmo que indiciários, ainda que não confirmada ou retratada em juízo”*.<sup>79</sup>

A verdade é que a jurisprudência dos tribunais e a doutrina aceitam a confissão extrajudicial. Assim Ari Franco conclui: *“desde que não tenha sido o confitente levado por influências estranhas e em concordância (a confissão) com as demais provas do processo”*.<sup>80</sup>

#### **4.6 A confissão e o interrogatório on-line**

Um meio recente e polêmico de interrogatório, é o realizado on-line. Consiste no fato de o réu e o juiz não estarem presente fisicamente, mas conectados através de uma rede, com vídeo e voz em tempo real.

Como toda nova tecnologia que interfere em meios tradicionais, esta sofre resistência. Ainda mais no caso da justiça, que tem a tradição de ser formal em toda sua estrutura. Neste meio, novas tendências tecnológicas possuem um menor grau de penetração quando comparado a outros setores da sociedade. No direito penal torna-se

---

<sup>78</sup> NUCCI, 1999, p. 206.

<sup>79</sup> CAMARGO ARANHA, 2006, p. 122.

<sup>80</sup> FRANCO *apud* NORONHA, 2002, p. 144.

ainda mais difícil a aceitação e adaptação pelo fato de tratar diretamente com a liberdade do indivíduo.

Desta forma temos pontos favoráveis e pontos desfavoráveis ao uso do interrogatório *on line* que serão a seguir expostos.

#### 4.6.1 Pontos desfavoráveis

São inúmeras as críticas dirigidas a essa inovação. A doutrina posiciona-se quase em sua totalidade contra sua adoção. Com efeito, nos interrogatórios realizados à distância, de um lado, conta-se com a facilidade propiciada pela informática, mas, por outro, segundo seus críticos, perde-se o imprescindível contato físico entre réu e juiz. Conforme salienta Ana Sofia Schmidt de Oliveira, *"importa o olhar. Importa olhar para a pessoa e não para o papel. Os muros das prisões são frios demais. Não é bom que estejam entre quem julga e quem é julgado"*.<sup>81</sup>

A questão foi apreciada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que, em 2002 acabou por rejeitar a proposta de implantação dessa modalidade de interrogatório. Segundo parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira, um primeiro obstáculo é encontrado na falta de previsão legal para essa espécie de interrogatório, em vista da ausência de dispositivo em nosso código de processo penal que o autorize. Ademais, asseguram o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana dos Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), o direito de o réu preso ser conduzido à presença de um juiz, direito que não pode sofrer interpretação que venha a equiparar a condução da pessoa à condução da imagem por cabos de fibra ótica.

Outro inconveniente sempre lembrado seria a nítida violação ao princípio da publicidade, caso instituído o interrogatório virtual.

---

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. O interrogatório *on line*. **Boletim do IBCCRIM**. v. 42, jun. 1996. Disponível em <[http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/capa.php?bol\\_id=62](http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/capa.php?bol_id=62)>. Acesso em 17 jul. 2009.

Nesse sentido Nucci é claro ao dizer que:

“[...] o réu tem o direito de, sendo essencialmente um meio de defesa o interrogatório, ter contato pessoal com a autoridade judiciária para a finalidade de exercer a ampla defesa, tão apregoada por muitos, mas tão pouco exercitada por tantos. Não é sob o ângulo de interesse do juiz, ou de quem quer que seja, mas sim do réu, que se deve analisar e afastar a possibilidade de interrogatório a distância”.<sup>82</sup>

Os críticos a essa forma de interrogatório alegam que no caso de uma denúncia do acusado em relação a maus tratos, ou tortura, seria inviável através deste meio, visto que o acusado ficaria constrangido em delatar seus torturadores uma vez que estaria junto a eles e não na presença do juiz.

#### 4.6.2 Pontos favoráveis

Embora a discordância na doutrina quanto a essa espécie de interrogatório seja quase que unânime, há pontos que lhe são favoráveis.

Um primeiro ponto a ser mensurado é o que diz respeito à economia gerada com a adoção dessa modalidade de interrogatório.

Conforme dados trazidos por Leandro Nalini,<sup>83</sup> colhidos pelo desembargador Francisco Vicente Rossi, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no período de 1 a 15 de junho de 2003 foram realizadas 27.186 escoltas, 73.744 policiais militares e 23.240 viaturas policiais foram mobilizados, gerando um gasto de R\$ 4.572.961,94.

Outra inegável vantagem é a celeridade que essa espécie de interrogatório propicia, tanto em favor da sociedade como em prol do próprio réu.

São inúmeras as causas para a não apresentação do acusado para o interrogatório, como problemas de escolta, falta de combustível, dificuldades no trânsito, etc., a impor redesignações das audiências, tudo em prejuízo do rápido andamento do feito, que geraria usando-se de tal facilidade, além de uma economia processual, seriam

---

<sup>82</sup> NUCCI, 1999, p.236.

<sup>83</sup> NALINI, Leandro. Visão provinciana impede a evolução da videoconferência. **Revista Consultor Jurídico**. Ago. 2005. Disponível em <[http://www.conjur.com.br/2005-ago-16/visao\\_provinciana\\_impede\\_evolucao\\_videoconferencia](http://www.conjur.com.br/2005-ago-16/visao_provinciana_impede_evolucao_videoconferencia)>. Acesso em 14 jul. 2009.

proferidas sentenças em tempos mais curtos, que atenderiam às velhas exigências por parte da sociedade, que criticam a morosidade da justiça.

Outro ponto indiscutível de melhoria é a segurança. Não apenas da segurança da população, que fica sujeita às constantes fugas de presos durante o trajeto ao fórum, mas também na segurança do réu que, dispensado de se dirigir ao fórum, não fica à mercê de infortúnios, como acidentes automobilísticos, resgate promovido por rivais, justiceiros, etc.

Quanto ao argumento que a não presença física entre acusado e réu poderiam por em cheque a credibilidade da sentença, Luiz Flávio Gomes<sup>84</sup> tem interessante argumento a cerca do caso, ao afirmar: *“não é o contato pessoal do juiz com o réu que vai determinar o modo pelo qual a causa será julgada por que o Tribunal reforma muitas decisões sem nunca ter visto a face dos réus”* e também no que diz respeito à carta precatória afirma: *“[...] tampouco tem algum contato o juiz do processo e o acusado, quando o interrogatório foi realizado por precatória”*.

Vale lembrar, ainda que o ato fique gravado, por tempo indeterminado, permitindo, a qualquer tempo, nova consulta ao interrogatório, inclusive por Tribunais, evitando desta forma erros de interpretação no momento da transcrição, podendo a qualquer tempo visualizar e verificar o que foi realmente dito.

Desta forma os argumentos dos não adeptos são fortes e embora a tendência atual seja a não utilização, o fato é que sua existência não pode ser ignorada. Talvez com a evolução cada vez mais rápida das tecnologias de comunicação, num futuro não muito distante os problemas mencionados pelos que rechaçam a idéia de utilização dos interrogatórios *on line* sejam contornados. Exemplos que convergem para esta afirmação podem ser verificados em pesquisas que hoje ainda engatinham, mas que prometem verdadeiras revoluções, como a realidade virtual, a realização de conversas através de hologramas, câmeras e monitores de altíssima resolução, sistemas de áudio aprimorado,

---

<sup>84</sup> GOMES *apud* NUCCI, 1999, p. 235.

e muitas outras que estão apenas em laboratórios ou na cabeça de seus futuros idealizadores, e que poderão contribuir para a viabilização legal e funcional deste importante momento processual.

## 5 ANÁLISE DE UM CASO

### **Bar Bodega**<sup>85</sup>

O caso em questão é um exemplo real, que teve grande notoriedade na época de seus acontecimentos, e apresenta a utilização equivocada da confissão, e do porquê não se pode dar valor absoluto a ela como meio de prova, devendo outras serem produzidas a fim de confrontá-las para daí então tomar a melhor decisão.

Na madrugada de 10 de agosto de 1996, criminosos assaltaram uma choperia chamada Bodega, no bairro de Moema (São Paulo), matando a estudante Adriana Ciola, de 23 anos, e o dentista José Renato Posada Tahan, de 25.

O caso teve grande repercussão na mídia e alguns dias depois policiais do 15º Distrito Policial do Itaim, comandados pelo delegado João Lopes Filho, prenderam nove rapazes como sendo os autores do hediondo crime. Incumbido do caso, o promotor de justiça Eduardo Araújo da Silva, encontrando inúmeras falhas nas investigações policiais, enfrentou com serenidade a indignação da opinião pública, influenciada pela mídia e pelas declarações da Polícia, e decidiu que não denunciaria os primeiros suspeitos do latrocínio, postulando a liberdade provisória a todos, por acreditar que haviam confessado o crime mediante tortura. Uma semana depois, os verdadeiros criminosos foram localizados e presos, graças às investigações encetadas pelo próprio membro do Parquet e por outra Delegacia de Polícia.

No período de 24 de agosto a 23 de outubro, alguns dos suspeitos detidos foram submetidos a sessões de torturas com choques elétricos e violência sexual para que confessassem o crime. Até um dos seguranças do Bodega, Vivaldo, foi torturado por não ter reconhecido os suspeitos.

Graças a uma intervenção do promotor que foi a fundo buscar outras provas, que juntamente à confissão trouxessem mais clareza e certeza à acusação, foi

---

<sup>85</sup> DORNELES, Carlos. **Bar Bodega - Um Crime de Imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

descoberta uma série de incoerências, tanto nas confissões quanto nas provas de testemunho, de balística, e dos próprios policiais. Juntando as peças ficou claro para o promotor que havia ali uma extração forçada da confissão.<sup>86</sup>

Pode-se perceber que houve inúmeros equívocos cometidos. Primeiramente em razão do fato (latrocínio) ter despertado a atenção da mídia, que por sua vez, despertou o interesse na população. Diante de cobranças realizadas, o Estado não quis demonstrar sua fraqueza e interveio, mandando que resultados aparecessem. Estas ordens vieram de cima para baixo, até chegar à delegacia. Como a polícia possui recursos, treinamentos e equipamentos escassos, e uma investigação correta demanda tempo, que a polícia não tinha, optou-se pelo jeito mais rápido e prático para apresentar resultados: criar os acusados.

Nesse ponto a eficiência da polícia foi invejável, em poucos dias apareceram os suspeitos, que foram considerados como culpados, promovidos pela intervenção da mídia. E como prova, a polícia dispunha da confissão deles.

A confissão obviamente foi tomada por tortura, que como foi visto, em certo ponto, leva qualquer um a confessar qualquer coisa. Os suspeitos apresentados, todos de classes menos favorecidas, com passagem pela polícia e com medo, nada puderam fazer para evitar o ocorrido.

Destaca-se o empenho do promotor em se aprofundar no caso, fato que não é comum. Caso o processo tivesse ido para julgamento, prevalecendo como únicas provas a confissão dos réus, a probabilidade de o juiz condená-los seria bem alta, visto a pressão a que estaria sujeito, tendo acusação, provas, mídia e sociedade contra.

Concluí-se do caso que a valoração excessiva deste meio de prova, aliada à inércia da polícia no sentido de investigar a fundo, bem como no uso da tortura como meio de obter uma prova e ao sentimento de justiça deturpado que a mídia insiste em

---

<sup>86</sup> JUIZ aceita denúncia contra policiais do caso Bodega. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff281038.htm>>. Acesso em 02 ago. 2009.

evidenciar e mostrar à sociedade, acabou por quase condenando vários inocentes por um crime que não cometeram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O verdadeiro valor da confissão no processo penal foi verificado, e concluiu-se que é meramente um meio de prova, que deveria possuir, ao menos como o código de processo penal apresenta, o mesmo valor que qualquer outra admitida em lei. Assim também não deve ser utilizada como único meio para a condenação, devendo ser confrontada com outras provas, pois sua credibilidade não é absoluta já que são várias as razões que podem levar alguém a admitir algo que não fez.

Foi observado que na prática o que ocorre é um pouco diferente. Os juízes acabam por valorizar a confissão, e a razão disso é variada, podendo ser em função de arbitrariedade ou praticidade.

As tendências futuras como é o caso da confissão *on line* também foram objeto de estudo. Verificou-se que sua aplicabilidade é possível, porém esbarra em diversos obstáculos, tanto em função de leis, quanto aversão dos magistrados em usar novas tecnologias, como também em restrições tecnológicas dos equipamentos.

Ressalta-se que o progresso chega e o direito deve estar atualizando as novas tendências e necessidades da sociedade moderna, assim como os problemas tecnológicos rapidamente são contornados com as constantes evoluções nesse setor. Cabe ao direito estar preparado para recebê-las. A pergunta não é se vai ou não fazer parte do sistema penal, mas quando fará.

Verificou-se a necessidade de cautela em casos em que a única prova é a produzida pelo réu, e a convicção do magistrado é formada sob esse prisma, o que pode por muitas vezes levar à condenação de inocentes, simplesmente pela pressão que recai sob o juiz para encontrar e condenar um culpado em cada processo em que atua. Pressão essa exercida pela sociedade, pela mídia, pelas autoridades políticas e pelos próprios colegas de profissão.

Conclui-se que os magistrados não devem esquecer o princípio do direito "*in dubio pro reu*", se não há a certeza da culpa, não cabe ao magistrado achar o culpado, visto que não é essa sua função. Também não é sua função promover a justiça como a sociedade a espera, a mídia impõe e os leigos acatam. A ele cabe ser o guardião da liberdade do acusado, ali é que está sua responsabilidade, ali que deve concentrar forças e tempo, para de fato tomar a decisão correta, porque não há nada mais injusto do que ser condenado por algo que não tenha feito. E nesse sentido a confissão, quando usada de forma incorreta, pode facilmente obter esse resultado.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação, Rio de Janeiro, 2002.

ARANHA, Adalberto Jose Q. T de Camargo. **Da prova no Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARCELLOS, Ana Luiza Berg. Algumas considerações sobre os princípios do devido processo legal e do contraditório e as provas no direito processual pátrio. **Revista da Escola de Direito de Pelotas**, Pelotas, v. 6, jan-dez, 2005.

BRASIL. **Vade Mecum**. 4. ed. São Paulo: Saraiva 2008.

CALMON DE PASSOS. José Joaquim. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição. **Revista Ajuris**, São Paulo, v. 25, ano 9, jul. 1982.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELES, Carlos. **Bar Bodega - Um Crime de Imprensa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Manual de Elaboração do TCC (Monografia Jurídica)**. 2009. Disponível em: <[http://www.direitosbc.br/mono/MANUAL\\_DO\\_TCC\\_2009.pdf](http://www.direitosbc.br/mono/MANUAL_DO_TCC_2009.pdf)>. Acesso em 12 set. 2009.

FEITOZA, Denílson. **Direito Processual Penal**. 5. ed. Niterói: Impetus, 2008.

FRAGOSO, Christiano. O advogado no interrogatório. **Boletim do IBCCRIN**. v. 132, nov. 2003. Disponível em <<http://www.fragoso.com.br/cgi-bin/artigos/arquivo68.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2009.

GOMES. Luiz Flavio. **Direito Processual Pena**, 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

JUIZ aceita denúncia contra policiais do caso Bodega. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff281038.htm>>,. Acesso em 02 ago. 2009.

LEIGH, Richard. **A Inquisição**. São Paulo: Imago, 2001.

MALATESTA, Nicola F. Dei. **A Lógica das Provas em Matéria Criminal**. 6. ed. São Paulo: Bookseller, 2005.

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos do Direito Processual Penal**. 2. ed., v. 1. Campinas: Millennium, 2000.

MATOS, João Carvalho de. **Prática e Teoria do Direito Penal e Processual Penal**. 5. ed. São Paulo: Rideel Direito, 2006.

MESQUITA, Gil Ferreira de. O devido processo legal em seu sentido material: breves considerações. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Revistas Jurídicas Virtuais, v. 170, ano 43, abr-jun. 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito Penal**. 22. ed. v. 2. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A garantia do contraditório na atividade de instrução. **REPRO**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 35, ano 9, jul.-set. 1984.

NALINI, Leandro. Visão provinciana impede a evolução da videoconferência. **Revista Consultor Jurídico**. Ago. 2005. Disponível em < [http://www.conjur.com.br/2005-ago-16/visao\\_provinciana\\_impede\\_evolucao\\_videoconferencia](http://www.conjur.com.br/2005-ago-16/visao_provinciana_impede_evolucao_videoconferencia)>. Acesso em 14 jul. 2009.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 6. ed. v. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Curso de Direito Processual Penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1971.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

\_\_\_\_\_. **Código Penal Comentado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. **O valor da confissão como meio de prova no Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. O interrogatório on line. **Boletim do IBCCRIN**. v. 42, jun. 1996. Disponível em <[http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/capa.php?bol\\_id=62](http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/capa.php?bol_id=62)>. Acesso em 17 jul. 2009.

PINTO, Ronaldo Batista. **Interrogatório on-line ou virtual – Constitucionalidade do ato e vantagens em sua aplicação**. In: Âmbito Jurídico, 31 mar. 2007. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3685](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3685)>. Acesso em 12/08/2009.

QUEIJO, Maria Elizabeth. **O Direito de não produzir prova contra si mesmo**. São Paulo: Saraiva, 2003.

**REVISTA da Associação Paulista do Ministério Público**. São Paulo, v. 4, ano 1, mar. 1997.

ROSAS, Roberto. **Direito Processual Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

SANTOS, George Maia. Silêncio e Mentira no Interrogatório. **Viajurídica**. Disponível em: < [www.viajuridica.com.br/download/77\\_file.doc](http://www.viajuridica.com.br/download/77_file.doc)>. Acesso em 20 ago. 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Processo Civil**. 20. ed., v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVEIRA, Paulo Fernando. **Devido Processo Legal**. 3. ed. São Paulo: Del Rey, 2001.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Processo Penal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIGARANI, Daniela. **Inexigibilidade de produzir prova contra si e o conflito com a busca da verdade real no processo penal**. Tubarão, SC. Originalmente apresentado como monografia de graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2008. Disponível em <[http:// portal2.unisul.br/content/navitacontent\\_/userFiles/File/pagina\\_dos\\_cursos/direito\\_tubarao/monografias\\_2008a/Daniela\\_Vigarani.pdf](http://portal2.unisul.br/content/navitacontent_/userFiles/File/pagina_dos_cursos/direito_tubarao/monografias_2008a/Daniela_Vigarani.pdf)>. Acessado em 23 jun. 2009.



O valor da confissão como meio de prova no processo penal brasileiro by [Tiago Peliciari de Paula](#) is licensed under a [Creative Commons Atribuição-Usa Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License](#).

Based on a work at [aleatorica.wordpress.com](#).

Permissions beyond the scope of this license may be available at [aleatorica.wordpress.com](#).